

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.503.349 - MG (2019/0136961-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

PROCURADORE : ROSE MEIRY APARECIDA RIBEIRO - MG058103

S

CLÁUDIA CRISTINA PEREIRA DE LACERDA - MG059318

FARLEY TARCISIO LADEIA BARBOSA - MG048877N

AGRAVADO : TMO SOC IMOBILIARIA LTDA

AGRAVADO : OLIVEIRA SOCIEDADE IMOBILIARIA LIMITADA - ME

AGRAVADO : CONSTRUTORA OTIZEZ LTDA

AGRAVADO : ESTACIONAMENTO GOLDEN CENTER LTDA

ADVOGADOS : CAREN BECKER ALVES DE SOUSA - MG078070

VINÍCIUS RODRIGUES PIMENTA - MG077637

ISAC ROMAGNOLI SILVEIRA LIMA - MG078258

ELENA DE CARVALHO GOMES - MG089787

BRENDA AIRA CARRILHO - MG189645

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO AÇÃO ORDINÁRIA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA MULTA COMINATÓRIA PODER PÚBLICO POSSIBILIDADE PRECEDENTE STJ.

I. A fixação de multa diária tem por objetivo assegurar o cumprimento da obrigação imposta. Visa-se não o seu pagamento, mas o cumprimento da determinação judicial.

II. É possível que o Magistrado revise a qualquer momento, inclusive de ofício, o valor da multa cominatória fixada com o intuito exclusivo de garantir o cumprimento da obrigação de fazer. (Art. 537, § 1º do CPC/2015)

III. Considerando a particularidade apresentada no caso dos autos, especialmente o lapso temporal decorrido entre a determinação judicial até o cumprimento da obrigação de fazer imposta ao Município de Belo Horizonte, inexistem razões para reduzir mais uma vez a multa cominatória fixada.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É

inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n. 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente